



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

PROCESSO SELETIVO ONLINE: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
GRUPO B (CANDIDATOS CONCORRENTES DAS CIDADES DE ATUAÇÃO INTERIOR DO ESTADO)

QUESTÕES OBJETIVAS COM RESPOSTAS CORRETAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Sobre os princípios da Administração Pública previstos explicitamente na Constituição Federal, é CORRETO afirmar:

- a) segundo o princípio da razoabilidade, os atos do Poder Público devem ser aferidos sob um parâmetro de valoração que contemple a proteção dos direitos fundamentais, o interesse público e a justiça.
- b) o princípio da impessoalidade significa que o agente público deve envidar esforços no sentido de atingir resultados positivos, garantindo à sociedade uma real efetivação dos propósitos necessários, como, por exemplo, saúde e educação.
- c) de acordo com o princípio da moralidade, é insuficiente ao administrador o cumprimento da estrita legalidade, uma vez que ele deverá respeitar também os princípios éticos de razoabilidade e da justiça.
- d) para o princípio da eficiência, os atos administrativos devem ser imparciais, inibindo quaisquer tipos de privilégios, interesses e discriminações, bem como representar a supremacia do interesse público sobre o privado.

RESPOSTA CORRETA: De acordo com o princípio da moralidade, é insuficiente ao administrador o cumprimento da estrita legalidade, uma vez que ele deverá respeitar também os princípios éticos de razoabilidade e da justiça.

2. Conforme a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA:

- a) é garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical, mas não o direito de greve.
- b) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- c) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, com prejuízo da ação penal cabível, em virtude da dependência entre as responsabilidades administrativa, penal e civil.
- d) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e empresa pública e, além disso, autorizada a instituição de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

RESPOSTA CORRETA: A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

3. De acordo com a Constituição Federal, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições, EXCETO:

- a) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital e municipal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- b) investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- c) investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior.
- d) na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

RESPOSTA CORRETA: Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital e municipal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

4. Em relação ao instituto da desapropriação, assinale a assertiva INCORRETA:

- a) a invasão do imóvel não é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária.
- b) na desapropriação, cabe a atualização monetária, ainda que por mais de uma vez, independente do decurso de prazo superior a um ano entre o cálculo e o efetivo pagamento da indenização.
- c) na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos os juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade.
- d) a incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, não constitui anatocismo vedado em lei.

RESPOSTA CORRETA: A invasão do imóvel não é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária.

5. Com relação às normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública (Lei 11.079/2004), assinale a alternativa CORRETA:

- a) as concessões patrocinadas em que mais de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.
- b) é vedada a outorga de direitos sobre bens públicos dominicais como forma de contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada.
- c) é vedada à sociedade de propósito específico assumir a forma de companhia aberta.
- d) a contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.

RESPOSTA CORRETA: A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

DIREITO CONSTITUCIONAL

6. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, marque a alternativa correta:

- a) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia em dinheiro, quando houver dano;
- b) São gratuitas as ações de habeas corpus, habeas data e mandado de segurança;
- c) Impede a extradição a circunstância de ser o extraditando casado com brasileira ou ter filho brasileiro;
- d) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

RESPOSTA CORRETA: Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

7. Marque a alternativa que menciona o principal destinatário da eficácia horizontal dos direitos fundamentais:

- a) Os Órgãos do Poder Executivo;
- b) Os particulares;
- c) A Polícia;
- d) O Ministério Público;

RESPOSTA CORRETA: Os particulares;

8. Sobre as penas proibidas pela Constituição Federal, marque a alternativa incorreta:

- a) Não haverá penas de morte, em nenhuma hipótese;
- b) Não haverá penas de caráter perpétuo;
- c) Não haverá penas de banimento;
- d) Não haverá penas de trabalhos forçados;

RESPOSTA CORRETA: Não haverá penas de morte, em nenhuma hipótese;

9. Está em conformidade com os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, a decisão que:

- a) autoriza a quebra do sigilo telefônico para fins de investigação criminal, na hipótese legal;
- b) determina a incomunicabilidade do preso, pelo prazo de três dias, para não prejudicar as investigações criminais;



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- c) autoriza a extradição de estrangeiro por crime político;
- d) autoriza a polícia a ingressar no domicílio do réu, durante a noite, sem seu consentimento, para que seja cumprido mandado de prisão;

RESPOSTA CORRETA: Autoriza a quebra do sigilo telefônico para fins de investigação criminal, na hipótese legal;

10. Sobre a Defensoria Pública, marque a alternativa correta:

- a) Compete à União manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.
- b) A Emenda Constitucional nº 40 estabeleceu que, no prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais
- c) a Defensoria Pública foi incluída na Constituição Federal, por meio da Emenda Constituição nº 40. Antes disso, a referida instituição possuía apenas previsão de existência na Lei Complementar Federal nº 80;
- d) Ao contrário dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, os Defensores Públicos não possuem independência funcional, porque precisam defender os interesses dos assistidos.

RESPOSTA CORRETA: A Emenda Constitucional nº 40 estabeleceu que, no prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais

DIREITO CIVIL

11. Sobre capacidade civil, pessoas jurídicas, domicílio e bens, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes.
- b) Não é considerado domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- c) São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as organizações religiosas, os partidos políticos, as fundações e as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- d) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar apenas de forma natural.

RESPOSTA CORRETA: São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as organizações religiosas, os partidos políticos, as fundações e as empresas individuais de responsabilidade limitada.

12. Sobre os negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A validade do negócio jurídico requer, dentre outros requisitos, objeto lícito, possível e sempre determinado.
- b) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- c) Considera-se termo a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- d) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.

RESPOSTA CORRETA: A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

13. Sobre a prescrição e os alimentos, leia os itens a seguir:

I - A renúncia à prescrição é válida desde que seja expressa, não cause prejuízos a terceiros e seja realizada depois que a prescrição se consumir.

II - Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

III – Não corre prescrição contra os menores de dezoito anos.

IV - A pretensão de haver prestações alimentares prescreve em dois anos.

Assinale a proposição correta:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- c) Somente o item III está incorreto.
- d) Os itens I e III estão incorretos.

RESPOSTA CORRETA: Os itens I e III estão incorretos.

14. Sobre as obrigações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda, podendo resultar da lei, de presunção ou da vontade das partes.
- b) E vedado ao credor renunciar à solidariedade em favor de apenas um dos devedores.
- c) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou. Nesse caso, não pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- d) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores.

RESPOSTA CORRETA: Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou. Nesse caso, não pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.

15. Extingue-se o poder familiar:

- a) no momento em que o filho completa dezesseis anos, independente de emancipação.
- b) mediante decisão judicial, em caso de adoção à brasileira.
- c) no caso em que o pai é condenado por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

d) mediante decisão judicial, em caso de emancipação.

RESPOSTA CORRETA: Mediante decisão judicial, em caso de adoção à brasileira.

16. De acordo com a Lei 12.594/12 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), a medida socioeducativa será declarada extinta, EXCETO:

a) pela morte do adolescente.

b) pela realização de sua finalidade.

c) pela aplicação de pena privativa de liberdade, a ser cumprida em regime fechado ou semiaberto, em execução provisória ou definitiva.

d) pela existência de qualquer doença grave do adolescente.

RESPOSTA CORRETA: Pela existência de qualquer doença grave do adolescente.

17. Nas relações de consumo, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

a) sempre em 30 (trinta) dias.

b) sempre em 90 (noventa) dias.

c) em 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

d) em 60 (sessenta) dias.

RESPOSTA CORRETA: Em 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

18. De acordo com a Lei 12.318/10 (Alienação Parental), assinale a alternativa INCORRETA:

a) Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

b) A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.

c) Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz sempre determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.

d) A alteração de domicílio da criança ou adolescente é irrelevante para a determinação da competência relacionada às ações fundadas em direito de convivência familiar, salvo se decorrente de consenso entre os genitores ou de decisão judicial.

RESPOSTA CORRETA: Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz sempre determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

19. Sobre o Direito das Sucessões, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.
- b) A sucessão abre-se no lugar do domicílio dos herdeiros.
- c) A sucessão dá-se por lei ou por disposição de última vontade.
- d) Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da abertura daquela.

RESPOSTA CORRETA: A sucessão abre-se no lugar do domicílio dos herdeiros.

20. De acordo com a Lei Complementar 80/1994, é garantia dos membros da Defensoria Pública do Estado, EXCETO:

- a) a independência funcional no desempenho de suas atribuições.
- b) a inamovibilidade, assegurada apenas após o período do estágio probatório.
- c) a irredutibilidade de vencimentos.
- d) a estabilidade.

RESPOSTA CORRETA: A inamovibilidade, assegurada apenas após o período do estágio probatório.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Maria está bastante enferma e precisa fazer uso contínuo do remédio YWZ para continuar vivendo. Conquanto, durante os últimos anos, tenha obtido os fármacos no único nosocômio público da cidade em que mora, foi cientificada de que aquela era a derradeira caixa e que, no mês seguinte, o medicamento não seria mais provido pela rede pública.

Perante tal situação, almejando conseguir o abastecimento da medicação, Maria procura o Defensor Público. Como patrono da parte, para preparar a petição inicial e ajuizar a demanda que force o Poder Público ao provisionamento do fármaco acima indicado. A petição inicial distribuída trouxe o pedido de medicamentos em caráter antecedente e tão somente a indicação do pedido de tutela final, expondo na lide o direito que busca realizar e o perigo de dano à saúde da autora.

Com relação ao caso aduzido assinale a afirmativa correta.

- a) O(A) defensor(a) público(a) de Maria fez uso da denominada tutela da evidência, em que se requer a demonstração do perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- b) O procedimento adotado está equivocado, pois a formulação completa da causa de pedir e do pedido final é requisito do requerimento de tutela antecedente.
- c) O(A) defensor(a) agiu corretamente, sendo possível a formulação de requerimento de tutela antecipada antecedente para o fornecimento de medicamento.
- d) Ocorrerá o indeferimento de plano da petição inicial, caso o juiz entenda que não há elementos para a concessão da tutela antecipada.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

RESPOSTA CORRETA: O(A) defensor(a) agiu corretamente, sendo possível a formulação de requerimento de tutela antecipada antecedente para o fornecimento de medicamento.

22. Mário, a fim de cobrar dívida proveniente de contrato de mútuo firmado com Alberto, ajuizou demanda de conhecimento em face de Paulo, fiador. Surpreendido pela citação, Paulo procura, no mesmo dia, um(a) defensor(a) público(a).

Diante dessa situação, assinale a opção que apresenta a medida mais adequada a ser adotada pelo(a) advogado(a) para obter a responsabilização de Alberto.

- a) Realizar o chamamento ao processo de Alberto.
- b) Efetuar a denunciação da lide de Alberto.
- c) Sustentar a ilegitimidade passiva de Paulo, na medida em que somente após eventual tentativa malsucedida de responsabilização de Alberto, Paulo poderia ser demandado.
- d) Não promover a intervenção de terceiros e aguardar a fase executiva, momento em que deverá ser requerido o benefício de ordem, de modo que os bens de Alberto sejam executados antes dos de Paulo.

RESPOSTA CORRETA: Realizar o chamamento ao processo de Alberto.

23. O Tribunal de Justiça, em mandado de segurança de sua competência originária, denegou a ordem em ação dessa natureza impetrada por Patrício. Este, por seu defensor(a), inconformado com a referida decisão, interpôs recurso especial.

- a) O Superior Tribunal de Justiça poderá conhecer do recurso especial, por aplicação do princípio da fungibilidade recursal.
- b) O recurso especial não é cabível na hipótese, eis que as decisões denegatórias em mandados de segurança de competência originária de Tribunais de Justiça somente podem ser impugnadas por meio de recurso extraordinário.
- c) O recurso especial não deve ser conhecido, na medida em que o recurso ordinário é que se mostra cabível no caso em tela.
- d) As decisões denegatórias de mandados de segurança de competência originária de Tribunais são irrecuráveis, razão pela qual o recurso não deve ser conhecido.

RESPOSTA CORRETA: O recurso especial não deve ser conhecido, na medida em que o recurso ordinário é que se mostra cabível no caso em tela.

24. João, em ação proposta contra Roberto, viu seus pedidos serem julgados procedentes no juízo de piso, vindo a sentença ser ratificada pelo tribunal local em grau de apelação. Com a publicação do acórdão pronunciado no julgamento da apelação no Diário da Justiça Roberto interpôs recurso especial, alegando que o julgado teria negado vigência a dispositivo de lei federal. Simultaneamente, João opôs embargos de declaração contra o mesmo acórdão, suscitando a existência de omissão.

- a) o recurso especial de Roberto deverá ser considerado extemporâneo, visto que interposto antes do julgamento dos embargos de declaração de João.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

b) Roberto, após o julgamento dos embargos de declaração de João, terá o direito de complementar ou alterar as razões de seu recurso especial, independentemente do resultado do julgamento dos embargos de declaração.

c) Roberto não precisará ratificar as razões de seu recurso especial para que o recurso seja processado e julgado se os embargos de declaração de João forem rejeitados, não alterando a decisão recorrida.

d) Roberto deverá interpor novo recurso especial após o julgamento dos embargos de declaração.

RESPOSTA CORRETA: Roberto não precisará ratificar as razões de seu recurso especial para que o recurso seja processado e julgado se os embargos de declaração de João forem rejeitados, não alterando a decisão recorrida.

25. João ajuizou ação contra Marta, demandando sua condenação à efetivação de obrigação de fazer e ao pagamento de quantia certa. Fez petição de tutela provisória de urgência em relação à obrigação de fazer. Após o decurso da fase postulatória e probatória sem a análise do aludido requerimento, incidiu sentença de procedência de ambos os pedidos do autor, em que o juízo decide pelo imediato cumprimento da obrigação de fazer. Diante de tal caso, Marta solicitou do seu defensor(a) que recorresse apenas da parte da sentença atinente à obrigação de fazer. Nessa circunstância, o(a) defensor(a) de Marta deve:

a) impetrar Mandado de Segurança contra o decisum que considera ilegal, tendo como autoridade coatora o juízo de primeiro grau.

b) interpor Agravo de Instrumento, insurgindo-se contra o deferimento da tutela provisória, pois ausentes as suas condições.

c) interpor Apelação, impugnando o deferimento da tutela provisória e a condenação final à obrigação de fazer.

d) interpor Agravo de Instrumento, impugnando a tutela provisória e a condenação final à obrigação de fazer.

RESPOSTA CORRETA: Interpor Apelação, impugnando o deferimento da tutela provisória e a condenação final à obrigação de fazer.

26. Na vigência do Código de Processo Civil atualmente em vigor, Jairo promoveu uma ação judicial contra Lúcia, demandando um ressarcimento de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo o pedido formulado sido julgado inteiramente procedente, por meio de sentença transitada em julgado.

Diante disso, Jairo deu início ao procedimento de cumprimento de sentença, tendo Lúcia (executada) oferecido impugnação, a qual, no entanto, foi recusada pelo respectivo juízo, através de decisão contra a qual não foi interposto recurso no prazo legalmente previsto. Deu-se, assim, continuidade ao procedimento do cumprimento de sentença para satisfação do crédito reconhecido em favor de Jairo.

Acontece que, posteriormente ao trânsito em julgado da sentença exequenda e a referida rejeição da impugnação, o Supremo Tribunal Federal proferiu decisão, em Ação Declaratória de Inconstitucionalidade, decidindo ser inconstitucional a lei que fembasou o título executivo judicial que havia motivado a condenação de Lúcia na fase do processo de conhecimento.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- a) interpor recurso de agravo de instrumento contra a decisão que rejeitou sua impugnação, mesmo já tendo se exaurido o prazo legal para tanto, uma vez que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade da lei que fundamentou a sentença exequenda.
- b) interpor recurso de apelação contra a decisão que rejeitou sua impugnação, mesmo já tendo se exaurido o prazo legal para tanto, uma vez que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade da lei que fundamentou a sentença exequenda.
- c) oferecer nova impugnação ao cumprimento de sentença, alegando a inexigibilidade da obrigação, tendo em vista que, após o julgamento de sua primeira impugnação, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade da lei que fundamentou a sentença proferida na fase de conhecimento, que serviu de título executivo judicial.
- d) promover ação rescisória, em decorrência de a sentença estar baseada em lei julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em ação de controle concentrado de constitucionalidade.

RESPOSTA CORRETA: Promover ação rescisória, em decorrência de a sentença estar baseada em lei julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em ação de controle concentrado de constitucionalidade.

27. Jorge ajuizou ação de reparação de danos morais, materiais e estéticos contra Paulo. O juiz da causa, ao ponderar a petição inicial, entendeu que são incompatíveis entre si os pedidos, razão pela qual os indeferiu, sob o fundamento da inépcia da peça inicial. Ante essa eventual situação, aponte a alternativa que sugere o recurso a ser interposto por Jorge:

- a) Apelação, sendo permitido ao juiz, dentro de cinco dias, retratar-se da deliberação que indeferiu a petição inicial.
- b) Apelação, sendo os autos diretamente remetidos ao Tribunal de Justiça após a citação de Paulo para a apresentação de contrarrazões.
- c) Apelação, sendo que o recurso será diretamente remetido ao Tribunal de Justiça, sem a necessidade de citação do réu para apresentação de contrarrazões.
- d) Agravo de Instrumento, já que não há possibilidade legal para retratação por parte do magistrado.

RESPOSTA CORRETA: Apelação, sendo permitido ao juiz, dentro de cinco dias, retratar-se da deliberação que indeferiu a petição inicial.

28. O fornecimento de energia elétrica à residência de Vicente foi interrompido no dia 5 de maio de 2020, porque, de acordo com a respectiva concessionária de serviço público, haveria uma adulteração no medidor, popularmente chamado de “gato”.

Embravecido, Vicente, representado por um(a) defensor(a) público(a), propôs, em torno de um mês depois, ação judicial contra a fornecedora de energia elétrica e solicitou o restabelecimento do serviço, pois o registrador estaria hígido. Com o azo de comprovar os fatos alegados, o autor requereu a produção de prova pericial.

Citada alguns meses após o ajuizamento da ação, a ré defendeu a conveniência de sua conduta, reafirmou existir irregularidade no medidor de energia e, do mesmo modo que o requerente, solicitou a produção de perícia.



Em novembro de 2020, após arbitrar o valor dos honorários periciais e antes da realização da perícia, o juiz atribuiu apenas ao autor, que efetivamente foi intimado para tanto, o pagamento de tal verba.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa CORRETA.

- a) A decisão judicial está correta, uma vez que, se ambas as partes requererem a produção de perícia, apenas o autor deve adiantar o pagamento.
- b) No caso em apreço o juiz decidiu de modo incorreto, pois se ambas as partes requererem a produção de perícia, autor e réu devem adiantar os honorários periciais. Ademais, sendo o autor assistido pela Defensoria Pública estava dispensado do pagamento dos honorários periciais, devendo tal despesa ser suportada pelo Estado, que tem o dever de prestar assistência jurídica aos hipossuficientes.
- c) A decisão está equivocada, na medida em que os honorários periciais são pagos apenas ao final do processo.
- d) A decisão está correta, pois o magistrado tinha a faculdade de atribuir a apenas uma das partes o pagamento do montante.

RESPOSTA CORRETA: No caso em apreço o juiz decidiu de modo incorreto, pois se ambas as partes requererem a produção de perícia, autor e réu devem adiantar os honorários periciais. Ademais, sendo o autor assistido pela Defensoria Pública estava dispensado do pagamento dos honorários periciais, devendo tal despesa ser suportada pelo Estado, que tem o dever de prestar assistência jurídica aos hipossuficientes.

29. Mônica propôs ação para simultaneamente reconhecer e extinguir uma união estável contra Carlos, que foi citado nos moldes legais para fazer-se presente à audiência de mediação. Sobre a audiência de mediação, assinale a afirmativa correta.

- a) Caso haja interesse de incapaz, o Parquet deverá ser intimado a comparecer à audiência de mediação.
- b) É faculdade da parte estar acompanhada de advogado ou defensor público à audiência.
- c) Em virtude do princípio da unidade da audiência, permite-se apenas uma única sessão de mediação que, se restar frustrada sem acordo, deverá ser observado o procedimento comum.
- d) É lícito que, para a consumação de mediação extrajudicial, Mônica e Carlos solicitem a suspensão do processo.

RESPOSTA CORRETA: É lícito que, para a consumação de mediação extrajudicial, Mônica e Carlos solicitem a suspensão do processo.

30. Fúlvio faleceu em Brasília (DF), em razão de Covid 19. Empresário bem sucedido no ramo da fruticultura da laranja e proprietário de franquias de uma loja de chocolate, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), Fúlvio possuía inúmeros bens, dentre os quais se incluíam uma aprazível casa de praia em Ilhéus (BA), uma fazenda em Botucatu (SP) e alguns veículos de luxo, atualmente estacionados em uma garagem em Angra dos Reis (RJ).

Diante desse contexto, marque a alternativa que indica o foro competente para o inventário e a partilha dos bens deixados por Fúlvio.

- a) Os foros de Ilhéus (BA) e de Botucatu (SP), concorrentemente.
- b) O foro do Rio de Janeiro (RJ).



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- c) O foro de Angra dos Reis (RJ).
- d) O foro de Brasília (DF).

RESPOSTA CORRETA: O foro do Rio de Janeiro (RJ).

DIREITO PENAL

31. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Lei penal incriminadora precisa ser clara, certa e precisa, o que torna ilegítimas as normas penais em branco;
- b) A analogia, como forma de integração da Lei, pode ser amplamente aplicada no âmbito do direito penal;
- c) O princípio da legalidade admite, por exceção, a revogação da Lei pelo direito consuetudinário;
- d) O princípio da Reserva Legal pressupõe a existência de Lei anterior, emanada do Poder Legislativo, definindo crime e pena, sendo lícito afirmar, então que as medidas provisórias não podem definir crimes e impor penas.

RESPOSTA CORRETA: O princípio da Reserva Legal pressupõe a existência de Lei anterior, emanada do Poder Legislativo, definindo crime e pena, sendo lícito afirmar, então que as medidas provisórias não podem definir crimes e impor penas.

32. A retroatividade da lei penal que não mais considera o fato como criminoso:

- a) afasta a tipicidade;
- b) Extingue a punibilidade;
- c) é causa de perdão judicial;
- d) Exclui a culpabilidade do agente.

RESPOSTA CORRETA: Extingue a punibilidade;

33. Uma semana antes de completar 18 anos, Rachid, durante uma briga, causou graves ferimentos em Said. No mesmo dia, sequestrou Zara. Quinze dias após os fatos, Said faleceu em razão dos ferimentos e Zara foi libertada em razão do pagamento do resgate. É correto afirmar que Rachid:

- a) não responderá pelo homicídio, crime instantâneo, mas responderá pela extorsão mediante sequestro, crime permanente, pois, na sistemática do nosso ordenamento, considera-se praticado o crime no momento da ação ou da omissão, vigendo o princípio da atividade;
- b) responderá pelo homicídio e pela extorsão mediante sequestro pois, na sistemática de nosso ordenamento jurídico, considera-se praticado o crime quando da ocorrência do resultado;
- c) responderá pelos crimes de homicídio e extorsão mediante sequestro pois, embora vigente em nosso sistema a teoria da atividade, ambos os crimes são permanentes;



d) não responderá nem pelo homicídio nem pela extorsão mediante sequestro, ambos considerados pela doutrina crimes instantâneos de efeitos permanentes, pois era inimputável na data dos fatos;

RESPOSTA CORRETA: Não responderá pelo homicídio, crime instantâneo, mas responderá pela extorsão mediante sequestro, crime permanente, pois, na sistemática do nosso ordenamento, considera-se praticado o crime no momento da ação ou da omissão, vigendo o princípio da atividade;

34. Tício e Caio saem às ruas com a intenção de praticarem roubos. Eis que, diante deles, surge Paulus, saindo de seu veículo que acabara de estacionar. Tício, armado com um revólver, acobertado por Caio, aborda a vítima e a subjuga para roubar-lhe o automóvel. Assustada, a vítima reage e é ferida por dois disparos da arma de Tício, sofrendo lesões de natureza grave. Tício e Caio fogem sem nada levar. Hospitalizada, a vítima recebe uma injeção de penicilina, que lhe provoca a morte devido a uma reação alérgica. Considerando o nosso sistema jurídico-penal, assinale a hipótese aplicável a Tício e Caio:

- a) ambos respondem por roubo tentado;
- b) Tício responde por tentativa de latrocínio e Caio por tentativa de roubo;
- c) Ambos respondem por latrocínio tentado;
- d) Tício responde por latrocínio consumado e Caio apenas por roubo.

RESPOSTA CORRETA: Ambos respondem por latrocínio tentado;

35. Alice trabalhava como diarista fazendo limpezas semanais no apartamento de Rita. No dia seguinte à realização da festa de aniversário de sua patroa, encontrou, enquanto trabalhava, uma bolsa em cima de um móvel no canto da parede. Estava sozinha e subtraiu o objeto pensando ter sido esquecido por alguma convidada, mas, ao chegar em casa percebeu que a bolsa lhe pertencia e fora esquecida na semana anterior. Nessa situação, caracterizou-se:

- a) erro de tipo, excludente do dolo;
- b) crime impossível;
- c) crime putativo;
- d) furto na sua forma tentada.

RESPOSTA CORRETA: Crime impossível;

36. O pai que, tendo o filho sequestrado e ameaçado de morte, é coagido pelos sequestradores a dirigir-se a uma agência bancaria para efetuar um roubo a fim de obter a quantia exigida para o resgate de seu filho pode, em tese, ser absolvido com base na alegação de:

- a) inexigibilidade de conduta diversa;
- b) legítima defesa;
- c) estado de necessidade;



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

d) exercício regular de direito.

RESPOSTA CORRETA: Inexigibilidade de conduta diversa;

37. A Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, tipifica as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Caracteriza-se como modalidade de violência psicológica, EXCETO:

- a) qualquer conduta que prejudique ou perturbe o pleno desenvolvimento;
- b) qualquer conduta que causa dano emocional e diminuição da autoestima;
- c) qualquer conduta que vise degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças ou decisões;
- d) qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria;

RESPOSTA CORRETA: Qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria;

38. Sobre a Lei 13.869/19, que versa sobre o abuso de autoridade, podemos afirmar que:

- a) Não se pune o juiz que deixar de conceder a liberdade provisória quando manifestamente cabível;
- b) São crimes comuns, ou seja, não necessitam de uma qualidade especial do agente para sua configuração;
- c) a perda do cargo, do mandato ou da função pública constituem efeitos automáticos da condenação;
- d) Autorizou expressamente a aplicação das medidas despenalizadoras da Lei 9.099/95.

RESPOSTA CORRETA: Autorizou expressamente a aplicação das medidas despenalizadoras da Lei 9.099/95.

39. Se um indivíduo trazer consigo, comprovadamente, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, segundo a Lei 11.343/06:

- a) poderá ser obrigado a comparecer a programa ou curso educativo por um período de 12 meses;
- b) não ficará sujeito a qualquer tipo de pena;
- c) ficará sujeito, entre outras penas, à prestação de serviços à comunidade;
- d) poderá receber pena de detenção.

RESPOSTA CORRETA: Ficarão sujeitos, entre outras penas, à prestação de serviços à comunidade;

40. Acerca dos crimes contra a administração pública, Estatuto do desarmamento e crimes hediondos, marque a alternativa correta:

a) O crime de peculato admite modalidade culposa;



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- b) A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência das Polícias Federal e estadual e somente será concedida após autorização do Sinarm.
- c) Segundo a Lei 8072/90, o racismo é considerado crime hediondo;
- d) exigir, para si ou para outrem, vantagem indevida em razão do cargo que ocupa configura crime de corrupção ativa.

RESPOSTA CORRETA: O crime de peculato admite modalidade culposa;

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Sobre os crimes de ação penal pública condicionada à representação e ação penal privada, é CORRETO afirmar, nos termos do Código de Processo Penal:

- a) O ofendido ou seu representante terá o prazo de 06 (seis) meses para o exercício da representação, contados do dia em que o fato ocorreu, salvo disposição em contrário.
- b) Regra geral é possível a retratação da representação até o término da instrução processual, desde que seja realizada audiência específica para o ato.
- c) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, decairá o direito de queixa, na ação penal privada, já que este é considerado uma condição especial personalíssima para o regular exercício do direito de ação.
- d) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

RESPOSTA CORRETA: O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

42. Maurício foi denunciado pela prática do fato previsto no art. 121, § 2o, II, do Código Penal. Apresentada resposta à acusação, inquiridas as testemunhas e realizado debate oral, restou pronunciado nos termos da denúncia. Caso deseje recorrer da decisão judicial, ele poderá interpor:

- a) recurso em sentido estrito, no prazo de dez dias a partir da juntada aos autos do mandado de intimação da pronúncia.
- b) apelação, no prazo de cinco dias a partir da efetiva intimação da pronúncia.
- c) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias a partir da efetiva intimação da pronúncia.
- d) habeas corpus, com a finalidade de obstar o julgamento pelo Tribunal do Júri e a iminente violação de liberdade de locomoção.

RESPOSTA CORRETA: Recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias a partir da efetiva intimação da pronúncia.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

43. No que concerne à prisão preventiva e medidas cautelares, marque a alternativa INCORRETA.

- a) O juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida.
- b) Na hipótese de descumprimento de alguma medida cautelar, o juiz, mediante requerimento, poderá substituí-la, impor outra em cumulação ou, em último caso, decretar a prisão preventiva.
- c) Segundo o código de processo penal, nos casos em que couber fiança, o delegado de polícia, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe a liberdade provisória, dispensando-o do pagamento da fiança, mas impondo-lhe outras obrigações previstas na lei processual, inclusive outras medidas cautelares, se for o caso.
- d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

RESPOSTA CORRETA: Segundo o código de processo penal, nos casos em que couber fiança, o delegado de polícia, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe a liberdade provisória, dispensando-o do pagamento da fiança, mas impondo-lhe outras obrigações previstas na lei processual, inclusive outras medidas cautelares, se for o caso.

44. João foi denunciado pela prática prevista no artigo 157, caput, Código Penal Brasileiro. A autoridade judicial entendeu que não era hipótese de rejeição liminar da peça acusatória e determinou a citação para apresentação da resposta à acusação. Tentou-se a citação pessoal nos endereços conhecidos nos autos, não sendo encontrado o acusado, sendo certificado pelo oficial de justiça que ele se encontrava em local incerto e não sabido. As diligências realizadas para tentar descobrir o paradeiro do acusado foram infrutíferas. Foi determinada a citação por edital, a qual não foi atendida pelo acusado, nem tampouco constituído advogado nos autos.

Neste caso, é CORRETO afirmar, de acordo com o Código de Processo Penal:

- a) Deve ser decretada a revelia ficta do acusado, diante do não atendimento da citação por edital, presumindo verdadeiros os fatos alegados pela denúncia e nomeando-se defensor público para o acompanhamento do feito.
- b) Diante do status de foragido do acusado, deve, automaticamente, ser decretada a prisão preventiva, podendo ser posteriormente revogada em caso de apresentação de justificação razoável nos autos pelo acusado.
- c) Deve ser realizada a instrução processual, com o acompanhamento obrigatório do defensor público e, em seguida, o feito ficará suspenso, aguardando o comparecimento do acusado.
- d) Ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes.

RESPOSTA CORRETA: Ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes.

45. Sobre a citação, marque a assertiva CORRETA:

- a) Se o acusado estiver preso, deverá ser pessoal.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- b) Por edital suspende o processo, desde a data de sua publicação no diário oficial, mantendo-se o prazo prescricional em andamento.
- c) A citação por hora certa é exclusiva do processo civil, pois inexistente citação ficta no processo penal brasileiro.
- d) Na citação por edital, faz-se necessária a transcrição da denúncia ou queixa, sob pena de nulidade.

RESPOSTA CORRETA: Se o acusado estiver preso, deverá ser pessoal.

46. Sobre o incidente de insanidade mental, verifique as alternativas abaixo:

- I. Será nomeado curador ao acusado, quando determinar o exame, sem estabelecer a suspensão do processo, se já iniciada a ação penal.
- II. A averiguação da insanidade mental será processado nos autos principais.
- III. A instalação do incidente de insanidade mental poderá ser ordenada exclusivamente pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público e do defensor.

Estão INCORRETAS:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) Todas estão incorretas.

RESPOSTA CORRETA: Todas estão incorretas.

47. Sobre a produção de prova no processo penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em juízo, sendo permitido que ele fundamente sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na fase investigatória.
- b) A confissão do acusado, por ocasião de seu interrogatório judicial, concordando com a classificação legal dos fatos narrados na denúncia, autoriza o julgamento antecipado da lide, através de sentença condenatória, por economia processual.
- c) A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.
- d) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso aos elementos da prova em andamento em procedimentos investigatório, ainda que não documentadas, que digam respeito ao exercício do direito de defesa.

RESPOSTA CORRETA: A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

48. Entendendo o Juiz sentenciante ser possível dar nova definição jurídica ao fato criminoso da qual resultará pena mais grave, sem que modifique a descrição do fato contido na denúncia, deverá:

- a) Abrir vista o Ministério Público para aditamento da denúncia, no prazo de 5 (cinco) dias.
- b) Conceder vista dos autos para que as partes se manifestem.
- c) Reiniciar a instrução processual.
- d) Proferir sentença, procedendo a emendatio libelli.

RESPOSTA CORRETA: Proferir sentença, procedendo a emendatio libelli.

49. Sobre a prisão cautelar, outras medidas cautelares e a liberdade provisória previstas no Código de Processo Penal, analise as afirmativas abaixo:

I - A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa e não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

II - Dentre outras situações previstas em lei, poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 70 (setenta) anos; extremamente debilitado por motivo de doença grave; ou quando o acusado for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência.

III - Julgar-se-á quebrada a fiança, dentre outras hipóteses, quando o acusado praticar nova infração penal, dolosa ou culposa.

São CORRETAS as seguintes alternativas:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) Todas são corretas.

RESPOSTA CORRETA: I, apenas.

50. De acordo com o Código de Processo Penal e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é incorreto afirmar:

- a) É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro
- b) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.
- c) Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por oficial de justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.
- d) A expedição de carta precatória para a oitiva de testemunha suspenderá a instrução criminal pelo prazo marcado para o cumprimento. Ainda que escoado o prazo, é vedada a realização do julgamento, devendo aguardar a devolução da carta cumprida pelo juízo deprecado.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

RESPOSTA CORRETA: A expedição de carta precatória para a oitiva de testemunha suspenderá a instrução criminal pelo prazo marcado para o cumprimento. Ainda que escoado o prazo, é vedada a realização do julgamento, devendo aguardar a devolução da carta cumprida pelo júízo deprecado.

